Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

UCRÂNIA

Alemanha pressiona China a deter guerra

Na primeira viagem a Pequim, o chanceler Olaf Scholz tenta convencer Xi Jinping a forçar o recuo de Putin. Líderes mostram entrosamento no repúdio à ameaça de uso de armas nucleares. Kremlin quer poupar civis de batalha pela cidade de Kherson

» RODRIGO CRAVEIRO

Olaf Scholz viajou 7.350km de Berlim até Pequim, disposto a enviar um forte sinal ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, contra o uso de armas nucleares na Ucrânia. Mas o chanceler alemão foi além e cobrou do presidente chinês, Xi Jinping, não somente a rejeição à utilização de arsenal atômico, mas também uma pressão maior sobre Moscou — um de seus principais aliados — para forçar o fim da guerra. Com 254 dias, a invasão russa à ex-república soviética chegou a um ponto crucial: a batalha por Kherson, cidade situada no sul da Ucrânia que funciona como porta para a Crimeia, península anexada pela Rússia em 2014, e para o Mar de Azov, importante corredor para o comércio. Em uma rara declaração sobre a situação no front, Putin defendeu a retirada de civis da "zona de guerra de Kherson".

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores da China declarou que a comunidade internacional "deveria se opor à ameaça ou ao uso de armas nucleares, defender que tal arsenal não seja utilizado e que guerras nucleares não devem ser travadas, e prevenir uma crise atômica na Eurásia". De acordo com o jornal *The New York Times*, Scholz lembrou a Xi sobre a importância de interromper a guerra. "Como ator político global e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China tem responsabilidade pela paz no mundo", disse o chanceler a jornalistas.

O alemão alertou que "a guerra cria uma situação perigosa para o mundo inteiro (...) e na China todos sabem que uma escalada teria consequências para o mundo inteiro". "Esta é a razão pela qual foi muito importante para mim (...) dizer claramente que uma escalada" da guerra "na forma do uso de uma arma nuclear tática deve ser excluída, e estou feliz que, neste assunto, pelo menos, chegou-se a um acordo", completou.

Simbolismo

Peter Zalmayev — diretor da ONG Eurasia Democracy Initiative (em Kiev) — admitiu ao **Correio** que o primeiro encontro entre Scholz e Xi sobre a situação na Ucrânia envia um sinal importante a Moscou e ao mundo. "Foi uma reunião entre os governantes das maiores economias da Europa e da Ásia. A China é o mais importante aliado da Rússia. Se Xi realmente quiser, pode colocar um veto no prosseguimento da guerra ilegal", afirmou.

Para Zalmayev, a simples menção a um ataque nuclear é uma preocupação genuína partilhada por Berlim e por Pequim. "Se haverá ou não um ultimato a Putin, ainda é cedo para dizer. A China costuma agir de forma muito cuidadosa e não pode se distanciar do Kremlin, pois ambos os países firmaram acordos e possuem laços de amizade", acrescentou.

Especialista da Escola de Análise Política (naUKMA), em Kiev, Anton Suslov entende que a posição da China em relação à guerra não está clara. "O governo de Xi Jinping não tem condenado a Rússia pela invasão em grande escala. Além disso, o presidente chinês é um dos poucos líderes internacionais que se encontraram com Putin pessoalmente e designaram o ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, para se reunir com o homólogo russo, Serguei Lavrov", lembrou à reportagem. "Se Xi realmente quisesse persuadir Putin, já o teria feito."

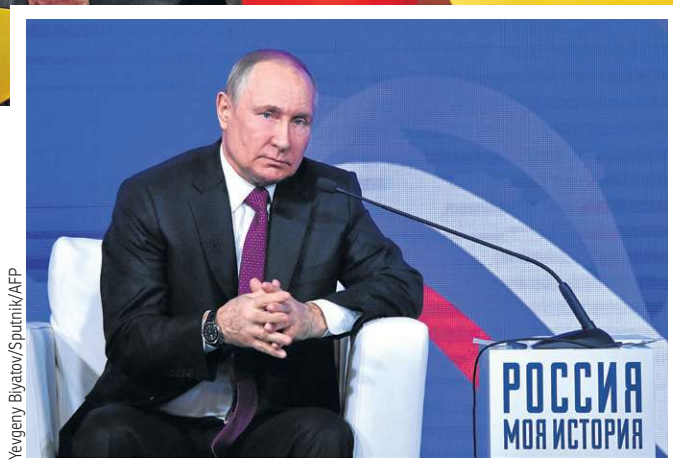
Suslov explicou que alguns governantes europeus ainda creem ser possível encerrar a invasão à Ucrânia por meio do diálogo. "No entanto, a Rússia não mostra sinais de prontidão em aceitar a realidade e negociar o acordo de paz em potencial que considere os interesses da Ucrânia." Em relação ao risco de Moscou realizar uma explosão nuclear tática na Ucrânia, Suslov destacou que os principais atores internacionais — incluindo EUA, União Europeia e China — percebem o fato de que não há vencedores em um conflito atômico. "Por isso, todos eles alertam Putin sobre a absoluta inaceitabilidade do uso de armas nucleares."

Kay Nietfeld/AFP



Xi Jinping (D) e Olaf Scholz no Grande Salão do Povo, na Praça da Paz Celestial, em Pequim: esforço diplomático para evitar catástrofe

Yevgeny Biyatov/Sputnik/AFP



Vladimir Putin se reúne com historiadores e religiosos, em Moscou: apelo pela segurança dos civis de Kherson

Retirada

Ante a aproximação das forças ucranianas de Kherson, as autoridades da ocupação russa têm retirado diariamente da cidade "mais de 5 mil civis". Fotografias divulgadas por elas mostram soldados organizando a saída de filas de carros. "É claro que aqueles que vivem em Kherson deveriam ser removidos da área onde ocorrem as ações mais perigosas, porque a população civil não deveria sofrer", disse Vladimir Putin, durante um encontro com ativistas pró-Kremlin, em Moscou.

Segundo Zalmayev, a batalha por Kherson será mais decisiva para os russos. "Se os ucranianos reclamarem a margem direita do Rio Dniepro, em Kherson, Putin ficará com uma imagem de líder enfraquecido. Será algo muito ruim para Moscou", apostou. Ele acredita que os cidadãos de seu país estão cientes do risco de caírem em uma armadilha ao tentarem reconquistar a cidade. "É possível que Kiev consiga recapturar Kherson até o fim do ano, mas os russos ainda são poderosos e podem atacar a partir de Zaporizhzhia e de Kharkiv", disse. Durante breve cerimônia na Praça Vermelha, em Moscou, para celebrar o Dia da Unidade Nacional, Putin anunciou a incorporação de 49 mil recrutas aos combates na Ucrânia. O chefe do Kremlin garantiu que 318 mil homens tinham se inscrito nas Forças Armadas da Rússia desde setembro.

Eu acho...



Aleksandr Indychii

"As tropas ucranianas pensam em desocupar Kherson e existe a preocupação de que a Rússia disfarce seus soldados de civis. Quando os soldados da Ucrânia entrassem na cidade, seriam recebidos a tiros pelas forças de Moscou, em uma batalha pelas ruas. Os ucranianos estão muito cautelosos para não caírem em uma armadilha."

Peter Zalmayev, diretor da organização não governamental Eurasia Democracy Initiative (em Kiev)

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

O mundo não aguenta esperar

A transição de governo mal começou, concentrada nas urgências domésticas, mas a pauta externa pede passagem na agenda do presidente eleito. Passada menos de uma semana desde a vitória nas urnas, Lula aceitou convite dos organizadores e confirmou presença na COP27, a principal conferência internacional sobre as mudanças climáticas desde a pandemia. A reunião começa amanhã e vai até dia 18, e a viagem ao Egito não está marcada, mas ninguém disfarça a expectativa pelo retorno efetivo do Brasil como protagonista por natureza na questão ambiental.

De saída, esse movimento inicial antecipa a importância que a frente externa tende a assumir, no Planalto, a partir de 1º de janeiro. Mesmo descontadas as contingências da emergência sanitária global, o país viveu quatro anos praticamente recluso, a não ser por manifestações de alinhamento incondicional — e por vezes indevido — com o presidente Donald Trump, que deixou a Casa Branca em 2021 e ensaia retornar a ela em 2024. O exercício prático das relações exteriores dependeu, fundamentalmente, da diplomacia profissional.

A julgar pelas demais presenças confirmadas, é razoável acreditar que Lula poderá agendar alguns importantes encontros bilaterais paralelos à COP27. Entre outros, estarão presentes no balneário de Sharm el-Sheikh, ao longo desses 12 dias, os presidentes dos EUA, Joe Biden, e da França, Emmanuel Macron, além do chanceler (chefe de governo) da Alemanha, Olaf Scholz.

Quebrou o gelo

Tanto ou mais sintomático e significativo que o pronto convite a Lula para que participe da conferência foi o anúncio feito desde já por dois governos europeus especialmente envolvidos com a crise climática. Noruega e Alemanha confirmaram a liberação dos recursos aportados ao Fundo Amazônia, congelados em resposta ao descaso do governo Bolsonaro com o desmatamento em escalada.

Com quem andas?

Afora o interesse pelo aporte que o presidente eleito poderá fazer à discussão das mudanças climáticas, na linha da retomada dos compromissos do Brasil com as metas do Acordo de Paris, o desembarque de Lula no Cairo desperta curiosidade indisfarçada quanto à composição da comitiva. Observadores daqui e de fora estarão de olho em qualquer sinal capaz de indicar quem poderá integrar o próximo governo na área ambiental — que, desde a campanha, foi insistentemente apontada entre as prioridades.

Não deverá ser menor, porém, a atenção a uma possível pista sobre a escalação do gabinete para a frente externa — não apenas para o comando do Itamaraty. Nas viagens que fez como candidato, nas quais se encontrou com Scholz e Macron, entre outros governantes, o agora presidente eleito teve sempre a companhia do chanceler de seus dois mandatos, Celso Amorim. É certo que ele não voltará ao ministério, mas é igualmente certo que será sempre uma voz influente no tema — possivelmente, como assessor especial do Planalto.

Saiu do armário

Por sinal, foi algo inédito a relevância da política externa na disputa pelo Planalto, muito especialmente nos debates do segundo turno. Desde a campanha vitoriosa de 2002, Lula foi invariavelmente questionado pelas afinidades com o regime de Cuba e a Venezuela de Hugo Chávez — esta, em especial, agitada como uma espécie de espantalho, imagem dos "riscos" que representaria um governo encabeçado pelo PT.

Neste ano, o diferente foi que partiu do ex-presidente o desafio ao adversário para que apresentasse visões e orientações sobre a condução da diplomacia brasileira. No último debate, às vésperas da votação, o candidato petista dedicou preciosos minutos a desfiar um roteiro para a reinserção do país no cenário global, em boa parte, assentado nas linhas mestras da política adotada entre 2002 e 2016: retomada do projeto de integração regional, com o relançamento da Unasul e o fortalecimento do Mercosul; reengajamento no Brics e na diplomacia sul-sul; participação ativa nos esforços para a reforma das Nações Unidas e a construção de uma ordem mundial multipolar.

Quem vai vir?

Na dimensão simbólica e ritual, que tem lugar importante na coreografia diplomática, começa a movimentação que definirá o "elenco" de chefes de Estado e de governo que virão para a posse do presidente eleito. A data definida na Constituição, 1º de janeiro, confere importância extra ao gesto de cada uma e cada um que se desloca a Brasília para prestigiar o novo presidente.

Quando subiu a rampa pela primeira vez, em 2003, Lula teve entre os 12 presentes Fidel Castro, que se dispôs a se ausentar dos festejos pela própria data magna, o aniversário da Revolução Cubana. Em 2019, Bolsonaro recebeu 10 líderes, a maior parte da vizinhança sul-americana. De além-mar, a estrela foi o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu.